















homens trans é um desafio significativo. A inexistência de um atendimento ginecológico direcionado a essa população pode acarretar em barreiras para o acesso a exames e cuidados adequados, impactando negativamente em sua saúde e bem-estar, como também afirmam Miskolci e colaboradores (2022).

Quanto à dificuldade de acesso ao processo transexualizador, participantes de ambos os grupos, homens trans e mulheres trans, relataram dificuldades para obter esse tipo de atendimento. Especificamente no grupo de homens trans, foram reportados casos corriqueiros de recusa por parte de médicos cirurgiões em realizar a mastectomia quando descobriam que o procedimento estava vinculado ao processo transexualizador. Essa recusa tem graves implicações na vida do paciente, principalmente no âmbito emocional, afetando a saúde mental e a qualidade de vida desses indivíduos.

Outra questão relevante é a importância dos aliados na promoção da inclusão LGBTQ+ na saúde integrativa. Profissionais de saúde, familiares e amigos podem desempenhar um papel crucial na criação de um ambiente de apoio, contribuindo para a construção de uma rede de apoio que ajude a mitigar os desafios enfrentados pela população LGBTQ+ no sistema de saúde. Esse é um fator importante principalmente quando se analisa que essa é uma população que se encontra em situação de vulnerabilidade, estando constantemente exposta a risco de sofrer discriminação e preconceito, levando-a a taxas mais altas de depressão e suicídio (CHINAZZO et al, 2021; GOMES et al, 2018)

Essas dificuldades no acesso a serviços especializados para a população transgênera refletem a necessidade de uma abordagem mais sensível e inclusiva na saúde integrativa. A promoção de serviços de saúde que considerem as especificidades das identidades de gênero e orientações sexuais é fundamental para garantir um atendimento integral e de qualidade a todos os pacientes.

Diante desses resultados, torna-se evidente que a temática do desrespeito, preconceito e o despreparo profissional na saúde integrativa exige atenção e intervenção por parte dos profissionais e gestores da área abrangida pela pesquisa. A falta de compreensão e sensibilidade em relação às diversidades de identidade de gênero e orientação sexual pode comprometer seriamente a relação terapêutica e a qualidade do atendimento prestado. Essas questões podem resultar em barreiras para o acesso aos serviços de saúde, prejudicando a integração e a inclusão dos grupos LGBTQ no sistema de saúde.

#### **4 CONCLUSÃO**

Conclui-se que é necessária uma melhoria no atendimento à população LGBTQ no SUS, ainda que seja um desafio que envolve diversos fatores, como a sensibilização de profissionais de saúde, a capacitação técnica e a promoção de um ambiente acolhedor e inclusivo nos serviços de saúde. Essas ações são fundamentais para garantir o acesso universal à saúde e a oferta de um atendimento de qualidade e livre de preconceitos para todos os cidadãos, independentemente de sua identidade de gênero e orientação sexual.

Os resultados da pesquisa destacam a existência de desafios significativos no atendimento de saúde para a população LGBTQ no SUS. O desrespeito e a falta de preparo dos profissionais de saúde são questões recorrentes, prejudicando a qualidade e a humanização do atendimento. A falta de conhecimento específico sobre a saúde LGBTQ também é apontada como um problema que afeta o cuidado

e a orientação adequados dados aos pacientes. Também é importante resolver questões práticas, como a utilização do nome social e a adequação dos procedimentos para atender às necessidades específicas de cada grupo. A atenção às demandas do processo transexualizador e a inclusão de informações sobre a saúde LGBT em áreas como ginecologia e urologia são medidas que podem contribuir para um atendimento mais inclusivo e respeitoso.

Dentre as limitações encontradas nesta pesquisa deve-se destacar que ela abrangeu a área da capital do Rio de Janeiro, de modo que seria necessário um alcance maior de participantes para chegar a conclusões mais assertivas quanto à qualidade do atendimento no SUS de um modo geral. Além disso, o número restrito de grupos realizados, devido às dificuldades logísticas e as limitações financeiras da pesquisa, prejudica extrapolar os dados da pesquisa para a população como um todo. Entretanto, apesar da limitação supracitada, alcançou-se o objetivo central, mediante identificação das principais falhas e insuficiências presentes nos atendimentos prestados aos participantes da pesquisa, assim como proposição de abordagens para aprimoramento desses aspectos. Assim, pode-se considerar que este trabalho contribui para ampliar a visibilidade e a compreensão sobre esse tema, de modo a aproximar a realidade da aspiração de um atendimento mais inclusivo, respeitoso e adequado às necessidades específicas dessa população.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, D. N. C.. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019.

BEZERRA, M. V. DA R. *et al.* Política de saúde LGBT e sua invisibilidade nas publicações em saúde coletiva. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, p. 305–323, 7 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013.

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, p. 552–563, 2012.

CARVALHO, A. A. DE; BARRETO, R. C. V. A invisibilidade das pessoas LGBTQIA+ nas bases de dados: novas possibilidades na Pesquisa Nacional de Saúde 2019. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 4059–4064, 27 set. 2021.

CHINAZZO, Í. R. *et al.* Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5045–5056, 15 nov. 2021.

COSTA-VAL, A. *et al.* O cuidado da população LGBT na perspectiva de profissionais da Atenção Primária à Saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32(2), p. e320207, 6 jul. 2022.

DOMENE, F. M. *et al.* Saúde da população LGBTQIA+: revisão de escopo rápida da produção científica brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3835–3848, 16 set. 2022.

FERREIRA, B. DE O.; NASCIMENTO, M. A construção de políticas de saúde para as populações LGBT no Brasil: perspectivas históricas e desafios contemporâneos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3825–3834, 16 set. 2022.

GOMES, R. et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1997–2006, jun. 2018.

MELO, I. R. *et al.* O direito à saúde da população LGBT: desafios contemporâneos no contexto do sistema único de saúde. **Revista Psicologia e Saúde**, v. 12, n. 3, p. 63–78, set. 2020.

MINAYO, M. C. S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento** São Paulo: Hucitec, 2007.

MISKOLCI, R.; PEREIRA, P. P. G. Sexual and Reproductive Health and Rights: a Sociodemographic Profile of Primary Healthcare Professionals in the City of São Paulo and Their Perceptions on the Issue. **Sexuality Research and Social Policy**, v. 19, n. 3, p. 946–955, 1 set. 2022.

MISKOLCI, R. *et al.* Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 3815–3824, 16 set. 2022.

ORLANDI, E.P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas (SP): Pontes; 1999.

SILVA, A. DAS N.; GOMES, R. Acesso de mulheres lésbicas aos serviços de saúde à luz da literatura. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5351–5360, 15 nov. 2021.